



Políticas sociais direcionadas às famílias com chefia feminina: um estudo da literatura no Brasil e em Portugal

Social policies aimed at families with female heads: a study of literature in Brazil and Portugal

Adriana de Azevedo

Mathis¹

orcid.org/0000-0002-7841-2086

drika.azevedo@hotmail.com

Cilene Sebastiana da

Conceição Braga¹

orcid.org/0000-0002-2342-2818

cilenelins@yahoo.com.br

Maria Inês Amaro²

orcid.org/0000-0001-5737-5397

ines_amaro@iscte.pt

Recebido em: 2/2/2020.

Aprovado em: 10/6/2020.

Publicado em: 30 out. 2020.

Resumo: O artigo apresenta parte dos resultados de uma investigação relativa ao projeto de cooperação internacional, envolvendo Brasil e Portugal, referente às diferenças e similitudes entre as políticas familiares de conciliação entre trabalho profissional e o trabalho familiar direcionadas as famílias com chefia feminina. A partir de levantamento bibliográfico, a revisão sistemática da literatura na área, identificam-se pontos de aproximação e distanciamento entre os autores estudados, como: à discussão da implantação das políticas restritivas de cariz neoliberal e desigualdades entre homens e mulheres; o debate sobre centralidade da família nas políticas sociais nos dois países em análise; as diferentes concepções de famílias e os novos arranjos familiares que se mesclam com o antigo padrão de família patriarcal e, finalmente, aborda as dificuldades da mulher chefe de família em conciliar formação, trabalho profissional e trabalho familiar no atual contexto econômico.

Palavras-chave: Políticas Sociais, Família, Chefia familiar.

Abstract: The article presents part of the results of an investigation related to the international cooperation project, involving Brazil and Portugal, referring to the differences and similarities between family policies to reconcile professional work and family work directed at families with female heads. From a bibliographic survey, a systematic review of the literature in the area, points of approximation and distance between the authors studied are identified, such as: the discussion of the implementation of neoliberal restrictive policies and inequalities between men and women; the debate on the centrality of the family in social policies in the two countries under analysis; the different conceptions of families and the new family arrangements that blend with the old patriarchal family pattern and, finally, it addresses the difficulties of the female head of household in reconciling training, professional work and family work in the current economic context.

Keywords: Social Policies, Family, Head of family.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados iniciais de uma investigação relativa ao projeto de cooperação internacional envolvendo a Universidade Federal do Pará – Brasil (UFPA) e o Instituto Universitário de Lisboa – Portugal (ISCTE). O estudo tem como foco o levantamento da literatura referente às realidades de Brasil e Portugal, e refere-se às diferenças e similitudes entre as políticas familiares de conciliação entre trabalho profissional e trabalho familiar direcionadas para a chefia familiar feminina nos dois países em questão.

Trata-se de uma fase preliminar da pesquisa, resultado de projeto de



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil

² Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Lisboa, Portugal

cooperação internacional e estudos de pós-doutoramento que compreendem o levantamento bibliográfico e a revisão sistemática da literatura na área, assim como apresenta dados importantes, que permitem uma aproximação e comparação das realidades brasileira e portuguesa. Desse modo, importa sinalizar que, o referido projeto inicia em 2018 e, na sequência, como parte das exigências metodológicas e com o objetivo de realizar um estudo aproximativo da realidade dos dois países em destaque, foi realizado um levantamento de dados que compreende o período de 2014 a 2018.

O artigo está dividido em cinco momentos: o primeiro trata da introdução, com os objetivos e ponto de partida para a construção das discussões teóricas; o segundo apresenta importantes pontuações sobre as tendências das políticas sociais contemporâneas e a realidade das famílias no Brasil e Portugal; o terceiro evidencia as novas formas de composição familiar e dificuldades da mulher em conciliar formação, trabalho profissional e trabalho familiar; o quarto tece algumas considerações e indicações para o aprofundamento de novos estudos e o último as considerações finais.

1 Políticas sociais neoliberais, famílias e assimetrias entre homens e mulheres: a realidade do Brasil e de Portugal

A princípio, importa registrar que, diante do quadro de políticas restritivas de cariz neoliberal do Estado e de regressão dos direitos sociais em vários países ocidentais, como no Brasil e em Portugal, aumentou a distância entre países ricos e pobres, assim como se agravaram os problemas existentes em diversas áreas sociais (saúde, previdência social, assistência social, educação e emprego) e houve alteração na divisão social e sexual do trabalho, com a entrada maciça da mulher no mercado de trabalho (HIRATA, 2009).

Na atualidade, identificam-se várias questões, algumas delas históricas, colocadas como desafios e/ou problemas sociais na contemporaneidade, tais como: desigualdades de rendimento entre homens e mulheres, altos índices de famílias chefiadas por mulheres, com ou sem cônjuge, em situação de pobreza, aumento do tempo gasto com atividades

domésticas não remuneradas, presença de mulheres provedoras familiares em trabalhos em tempo parcial e em trabalhos precarizados. Estas desigualdades têm sido analisadas por diversos autores, entre os quais se destaca, pela relevância dos seus trabalhos, o economista francês Thomas Piketty (2014).

Existem diferenças históricas importantes entre os dois países. Não pretendemos nesse estudo aprofundar o debate sobre elas, até porque não é esse o objetivo, mas sinalizaremos algumas dimensões para melhor situar a organização do debate. Portugal apresenta um percurso histórico baseado na forma de relação de controle que se colocava na condição de "colonizador" de países que estavam fora da relação de trocas comerciais existentes em 1500, então a relação estabelecida foi de país colonizado, calcada no regime escravocrata perante o Brasil, que apresentava estrutura e formas de organização da vida diferentes da cultura europeia da época. A exploração realizada por Portugal ao Brasil teve resultados que impactaram na realidade brasileira até os dias de hoje, principalmente em termos de distribuição de renda e formas comerciais de relação com outros países. Em termos de similitudes encontramos a marca de regimes ditatoriais, e hoje relação de dependência econômica marcada por fortes relações de austeridade, em função da reorganização do grande capital diante das crises de acumulação vividas desde a década de 1970.

Destarte, transformações societárias provenientes de processos econômicos e sociais repercutem na organização e nas dinâmicas familiares, criam novas configurações familiares, alteram papéis tradicionalmente aceitos de homens, mulheres e crianças, adolescentes e idosos no grupo familiar e na sociedade, ocasionam mudanças nas responsabilidades familiares relacionadas com os cuidados e as finanças e apresentam a família, nas políticas sociais implementadas pelo Estado, como a grande responsável pela satisfação de necessidades de seus membros. Assiste-se, neste sentido, a um processo de re-filantropização da solidariedade e da proteção social (ALBUQUERQUE, 2016).

Neste contexto, importa sinalizar a pesquisa *Families and Societies*³, financiada pela União Europeia, desenvolvida entre 2013 e 2017, que envolveu alguns países europeus, com exceção de Portugal, e que apresenta como principais temas de pesquisa: a diversidade de tipos de família e *relações* existentes na Europa e a compatibilidade entre as políticas sociais familiares e as mudanças ocorridas na família. Contudo, muitas dessas discussões apresentadas na pesquisa evidenciam-se na realidade portuguesa e dessa forma, apresenta-se a necessidade de aprofundamento de estudos nesse campo diante das metamorfoses apresentadas pelas famílias e as necessidades advindas da realidade econômica.

Observa-se também a investigação realizada por Santos (2008), objeto de tese de doutorado, sobre *Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão*, a qual demonstra que, apesar do fato da pauperização por conta da monoparentalidade ser uma realidade nos países investigados e a condição de pobreza determinar a trajetória econômica e social das mulheres chefes de família, a maioria se insere no tipo de identidades "autônomas" e não "frágeis" ou "dependentes".

Também, no âmbito da realidade brasileira, no sudeste do Pará/ Brasil, Sales e Mathis (2015), ao investigarem o processo de precarização social do trabalho, a inserção delas no mercado de trabalho a partir do aumento do desemprego em nível mundial e a intensificação de cursos de qualificação profissional, identificam uma colocação precária, acompanhada de discriminação do trabalho feminino, bem como uma dificuldade para conciliar os afazeres domésticos e as exigências do mercado de trabalho. Contudo, a pesquisa demonstra que diante da condição de desemprego e de precarização, elas apresentam uma maior resistência e um comportamento mais proativo na resolução dos problemas, no sentido de uma autonomização.

Zola (2015), ao tratar de uma análise sobre *Políticas Sociais, Família e proteção Social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes*

países, como Portugal e Brasil, fundamenta que as políticas sociais no "modelo de solidariedades ou obrigações familiares intergeracionais", não contribuem para a conciliação do trabalho com as relações familiares. Para a autora, este "modelo baseado na cultura de valores tradicionais desenvolve a política implícita, apresenta alto grau de fragmentação de política social e, por longo tempo, não desenvolveu políticas de conciliação de trabalho e família" (ZOLA, 2005, p. 60).

Contudo, em fase exploratória desta pesquisa, os dados revelam mais similitudes do que diferenças em relação às duas realidades, particularmente no que se refere às famílias monoparentais chefiadas por mulheres (com ou sem cônjuge) em situação de pobreza.

Segundo os dados dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), no período entre 2003 e 2014, no Brasil, o percentual de mulheres ocupadas que recebem menos de U\$1,90 por dia foi reduzido de 8% para 1,97%. Apesar da redução da pobreza por conta da implantação de Programas de Renda Mínima no país, como o Bolsa Família, e medidas como o Rendimento Social de Inserção, em Portugal, os índices relacionados à pobreza no Brasil estão muito aquém dos parâmetros mundiais desejáveis de desenvolvimento.

No que diz respeito a diferenças de rendimentos entre homens e mulheres, tanto no Brasil como em Portugal o diferencial é de 26% em favor dos rendimentos dos homens (conforme dados da PNAD, 2014, para o Brasil, e Eurostat, 2014, para Portugal).

No que se refere ao quantitativo de famílias chefiadas por mulheres, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período compreendido entre 2005 e 2015, os arranjos familiares formados por pessoas de referência sem cônjuges e com filhos, em 2005, registrava que 89% destes arranjos eram formados por mulheres sem cônjuge e com filhos e, em 2015, os dados permanecem com pequenas variações. Segundo o CENSO de Portugal de 2011, do total de núcleos familiares monoparentais (ou seja,

³ Disponível em: http://www.familiesandsocieties.eu/?page_id=110. Acesso em: 20 dez. 2017.

família que integra apenas um dos progenitores) no país, 87% deles eram formados por mães com filhos e apenas 13% formados por pais com filhos.

Ainda, segundo o IBGE, em 2016, no Brasil, com relação ao tempo gasto com atividades domésticas não remuneradas, a média de horas das mulheres dedicadas aos afazeres domésticos era de 20 horas semanais e para os homens a estimativa era de 11 horas. De acordo com o estudo, Os Usos do Tempo de Homens e Mulheres em Portugal, entre 2015 e 2016, as mulheres gastavam com trabalhos domésticos 24 horas semanais e os homens dispndiam 12 horas.

Com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do total das trabalhadoras formais, 94 mil encontram-se em situações de contrato temporário. Esta base de dados somente permite obter informações sobre o trabalho formal temporário registrado em carteira profissional, porém não contempla informações de trabalhos temporários do mercado informal.

Os dados acima apresentados confirmam a perspectiva de Iamamoto (2010), quando diz que "a capacidade familiar de prover necessidades de seus membros encontra-se estreitamente dependente da posição que ocupa nas relações de produção e no mercado de trabalho" (IAMAMOTO, 2010, p. 266).

As desigualdades sociais apresentadas são reproduzidas e se manifestam como desafios no cotidiano das famílias nos seus diversos arranjos. Diante disso, os países e organismos internacionais passaram a direcionar atenção especial às famílias por meios de políticas sociais nas mais diversas áreas, direcionando ações, principalmente, para as famílias mais pobres.

2 Centralidade da família nas políticas sociais no contexto socioeconômico atual

É notório que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, diversos autores chamam atenção para o lugar central que a família passa a ocupar nos sistemas de proteção social e associam esta centralidade da família nas políti-

cas sociais com a "crise" de Estado de Bem-Estar e a entrada em cena do neoliberalismo.

Diferentemente do pacto social constituído no pós II Guerra Mundial, assentado nas políticas de pleno emprego e garantia da cidadania, o novo pacto social pautado no neoliberalismo (a partir dos anos 80 na Europa e EUA e nos anos 90 em muitos países latino-americanos) propõe incrementar índices de empregos, reduzir a pobreza e a exclusão social com políticas sociais restritivas direcionadas para os mais necessitados. Desse modo, questiona-se a concepção de políticas sociais universais a partir das necessidades sociais dos indivíduos/cidadãos e tais políticas passam a ser formuladas e implementadas segundo uma lógica de mercado, pautada em discurso ideológico próprio do neoliberalismo.

Desse modo, o "familismo" nas políticas sociais pode ser explicado diante da baixa oferta de serviços do Estado, obrigando as famílias a arcarem com a responsabilidade principal pelo seu bem-estar social. A família, como argumenta Therbon (2016), "é uma instituição social, a mais antiga e a mais disseminada de todas" (THERBON, 2016, p. 12). De acordo com o autor, apesar dos avanços sociais registrados na história do século XX, das transformações relacionadas com a família, das mudanças no papel do casamento, na regulação do comportamento sexual e nas ligações sexuais em particular, parece evidente a disseminação de um modelo patriarcal ao redor do mundo. Desse modo, relações sociais patriarcais ainda estão presentes em várias regiões do globo, determinando papéis tradicionais atribuídos ao homem, à mulher, às crianças, aos jovens e aos idosos na contemporaneidade.

Baseado em dados empíricos, Therbon (2016) levanta informações sobre as principais demandas e perfis de família em todas as partes do mundo. O autor publicou em inglês, pela primeira vez o livro⁴ "Sexo e Poder: a família no mundo, 1900-2000", no ano de 2006. No Brasil, a obra foi publicada em 2016. Apesar de todas as críticas e questionamentos da

⁴ Segundo Perry Anderson, em seu livro "Espectro", publicado pela Boitempo em 2012, ao se referir a obra "sexo e poder" de Therbon afirma que "mais impressionante de tudo, porém num campo tão dominado por registros sociais ou apenas técnicos, é a construção política que Therbon dá à história da família no século XX" (ANDERSON, 2012, p. 257)

literatura quanto ao enfoque da sua análise restrita a determinados tipos de sistemas familiares, a pesquisa representou um trabalho de grande envergadura. Trata-se de uma pesquisa datada e direcionada para uma perspectiva da realidade. Desse modo, não resta dúvida que a obra em destaque deixa em aberto discussões de gênero que ganham maior relevo na atualidade. Sinalizamos o reconhecimento das limitações de um trabalho desse porte, mas não podemos ignorar o impacto que esta pesquisa provocou sobre a temática, evidenciando mais um século de patriarcado e suas diferentes expressões em vários continentes.

Todavia, em sua análise do patriarcado no século XX, Therbon (2016) sustenta que: "a erosão do patriarcado, assim como as mudanças políticas, têm de ser vistas como produtos de processos mais amplos, socioeconômicos e culturais" (THERBON, 2016, p. 119). Como argumenta o autor, nos dias atuais, ainda permanece a hierarquia do homem sobre a mulher em muitos aspectos, mesmo com as conquistas sociais realizadas no século passado, como: a autonomia do casamento, o fortalecimento dos seus direitos (como direito ao voto e outros direitos assegurados em leis) e, a sua entrada no mercado de trabalho. Repetindo Therbon (2016):

apesar de todas as mudanças de natureza secular do século XX terem marcado época, isso não significou o desaparecimento do patriarcado da face da terra. Em várias áreas do mundo, ele está ainda bem fortemente entrenchado. Movimentos neopatriarcais também apontam, via de regra, com argumentação religiosa (p. 61).

Contudo, como defende o autor, além das relações de desigualdades econômicas e sociais entre homens e mulheres, ainda persiste a hierarquia do marido sobre a mulher, bem como a desvantagem institucionalizada das filhas. Therbon (2016) tem como foco de estudo a família e parece indicar, na atualidade, a presença de tendências patriarcais nas políticas sociais direcionadas para famílias, vigentes em diferentes países e distintas regiões, contrastando com as novas concepções sobre as funções e o papel das famílias nos diferentes sistemas de proteção social identificados na realidade.

Na mesma direção, Brant (2008) argumenta

que não se pode ignorar as mudanças radicais ocorridas, principalmente nos países ocidentais, na forma de conceber o casamento, bem como na forma de pensar a família na esfera pública. Como afirma Brant (2008), "o casamento mudou de uma maneira fundamental". É, ao menos, em princípio, apresentado "como um encontro de iguais e não uma relação patriarcal; é um laço emocional, forjado e mantido com base em atração pessoal, sexualidade e emoção, e não meramente por razões econômicas" (BRANT, 2008, p. 272).

Contudo,

desde o pós-guerra, nos países capitalistas centrais, a oferta universal de bens e serviços proporcionados pela efetivação de políticas públicas pareceu mesmo descartar a família, privilegiando o indivíduo-cidadão. O progresso a informação, a urbanização, o consumo, fortaleceram a opção pelo indivíduo portador de direitos. Apostava-se que a família seria a prescindível, substituível por um Estado protetor de direitos dos cidadãos. Nas décadas mais recentes, tanto nos países centrais quanto, sobretudo nos países da periferia capitalista, a família volta a ser pensada como responsável pelo desenvolvimento dos cidadãos (BRANT, 2008, p. 267).

Na perspectiva da autora, o chamamento à corresponsabilidade das famílias nas políticas sociais e o apelo à solidariedade familiar deveriam funcionar em uma relação de complementariedade e não de substituição dos serviços ofertados pelo Estado.

Na sequência, Pereira (2010) chama atenção para a redescoberta da família como "agente privado de proteção social", que seria uma espécie de substituto do Estado na provisão de bens e serviço sociais básicos e aponta preocupações para os "perigos" e "falácias" que envolvem esta redescoberta. Conforme a autora, em alguns países centrais do capitalismo, a família ocupa um lugar central no "modelo misto ou plural" de proteção social, denominado "pluralismo de bem-estar" onde estão previstas "medidas de apoio familiar" que implicam uma série de ações envolvendo formas de provisão de benefícios e serviços (PEREIRA, 2010, p. 25). No entanto, a autora destaca a dificuldade de se eleger a família como fonte privilegiada de intervenção da proteção social.

Embora a família tenha se constituído tema de

interesse científico e acadêmico, como diz Pereira, "não há propriamente uma política de família em muitos países capitalistas centrais – e muito menos nos periféricos, como o Brasil" (PEREIRA, 2010, p. 27). No caso brasileiro, como afirma, a família sempre foi "identificada como um dos mais antigos e autônomos provedores informais de bem-estar – ao lado da vizinhança e dos grupos de amigos próximos" (PEREIRA, 2010, p. 36).

Porém, sinaliza Pereira (2010), desde os anos 80, do século passado,

com a 'crise' do Estado de Bem-Estar social, determinadas responsabilidades e funções sociais atribuídas ao Estado anteriormente, – como a regulação dos direitos sociais e trabalhistas dos indivíduos e o desenvolvimento de políticas sociais universais direcionadas a provisão de bens e serviços para a satisfação de necessidades básicas – passam a ser assumidas por uma espécie de 'pluralismo de bem-estar' ou 'bem-estar misto' que envolve, não somente o Estado, mas conta com a participação ativa do mercado e da família "triângulo do bem-estar social" (PEREIRA, 2010, p. 34).

Abrão e Mioto (2017), ao fazer reflexões sobre a temática das políticas familiares, ressaltam que elas se consolidaram na Europa, no ano de 1989, momento em que a Comissão Europeia criou o Observatório Europeu sobre Políticas Familiares Nacionais. Destacam ainda que desde então, a UE tem apresentado importante função na forma de apresentar o debate na Europa sobre as políticas familiares. As autoras ainda ressaltam sua importância na produção de documentos que dão respaldo às decisões assumidas pelos países.

Entre as diversas preocupações colocadas pelos países europeus no que diz respeito às famílias, uma das principais tem a ver com a conciliação da vida familiar e profissional com objetivo de contribuir para a igualdade entre homens e mulheres (MARTÍNEZ HERRERO, 2008). De forma diferente, na América Latina, as preocupações são demasiadamente maiores em relação à manutenção financeira do núcleo familiar, principalmente quando chefiado por mulheres, particularmente no Brasil, inseridas de forma hegemônica nos programas de transferência de renda.

3 Novas formas de composição familiar e dificuldades da mulher em conciliar formação, trabalho profissional e trabalho familiar

Parece notório que, em vários países do globo, como Portugal e Brasil, a tradicional família nuclear que serve de referência para as políticas sociais está sendo questionada diante da pluralidade de famílias existentes na realidade que envolve diferentes arranjos: desde a união formada por casamentos; a união estável entre homem e mulher e a comunidade de qualquer dos genitores (inclusive da mãe solteira) com seus dependentes (família monoparental).

Contudo, na atualidade, assiste-se

o equívoco da recuperação de antigos encargos domésticos, incluídos nos planos governamentais sob o nome de solidariedade informal, os quais, por recaírem mais pesadamente sobre as mulheres, incompatibilizam-se com o atual status de cidadã autônoma e de trabalhadora conquistado por este segmento (PEREIRA, 2010, p. 28).

De acordo com Szymanski (2002), trata-se de refletir sobre as novas formas de configurações familiares ou novas formas de composição familiar, a seguir: a) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos; b) família extensas, incluindo três ou quatro gerações; c) famílias adotivas, que podem ser birraciais ou multiculturais; d) casais, famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe; e) casais homossexuais com ou sem crianças; f) famílias reconstituídas depois do divórcio; g) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte comprometimento mútuo (KASLOW *apud* SZYMANSKI, 2002, p. 37).

Diante deste contexto, Mioto (2010) coloca a exigência de pensar a família como um fenômeno plural no quadro das políticas que vai muito além dos arranjos informais de provisão social e sinaliza a necessidade de se refletir sobre a inter-relação entre família e Estado. Na concepção da autora, esta relação tem sido lida de duas formas:

como uma questão de invasão progressiva e controle do Estado sobre a vida familiar e individual, que lhe tolhe a legitimidade e desorganiza os sistemas de valores radicais no interior da família. Ou como uma questão

que tem permitido uma progressiva emancipação dos indivíduos. Pois, na medida em que o Estado intervém enquanto protetor, ele garante os direitos e faz oposição aos outros centros de poderes tradicionais (familiares, religiosos e comunitários), movidos por hierarquias consolidadas e uma solidariedade coativa (MIOTO, 2010, p. 45).

Para Mioto (2010), instaurou-se uma cultura prevalentemente assistencialista no âmbito das políticas sociais e prevalece a imagem do cidadão consumidor em detrimento da concepção clássica de cidadão/sujeito de direito sociais, e o mercado regula as relações entre família e Estado. Um paradoxo que deposita nela a "construção da sociabilidade e preservação do tecido social" e "o exercício de um papel substitutivo em relação ao sistema de direitos sociais" (MIOTO, 2010, p. 47). Ainda vale ressaltar, que existem duas linhas de interpretação da relação entre Estado e família que têm alimentado o debate contemporâneo:

a primeira tende a olhar a família numa perspectiva de perda de funções, de perda de autonomia e da própria capacidade de ação. Em contrapartida vê um Estado cada vez mais intrusivo, cada vez mais regulador da vida privada [...]. A segunda, vinculada especialmente aos estudiosos da condição feminina, tem indicado que a invasão do Estado na família tem se realizado através não de uma redução de funções, mas ao contrário, de uma sobrecarga de funções (MIOTO, 2010, p. 48).

A partir dessas duas linhas de interpretação coloca-se em questão o problema da permeabilidade dos limites da privacidade das famílias, a vulnerabilidade e fragilidade social em que se encontram algumas famílias chefiadas por mulheres e a categorização de famílias "capazes" e "incapazes", "normais" ou "patológicas", para proteção de seus membros presentes nos programas de apoio familiar, que geram conceitos estereotipados de família, como "famílias desestruturadas" ou "negligentes" e ainda guardam concepções funcionalistas de papéis tradicionais familiares, em que a mulher-mãe é responsável pelo cuidado da casa e educação dos filhos e o homem-pai, pelo provimento e exercício da autoridade familiar. Para Alencar (2010), no caso da realidade brasileira, identifica-se uma tendência de resolver na esfera privada questões de ordem pública.

Na ausência de direitos sociais, é na família, que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com situações adversas. Dessa forma, as mais diversas situações de precariedade social, desemprego, doença, velhice, encaradas como dramas da esfera privada, tenderam a ser solucionadas na família, como responsabilidades de seus membros. Na maioria das vezes, a responsabilidade recai sobre as mulheres, tornando-as responsáveis pelo cuidado dos filhos menores, idosos, doentes e deficientes, sobrecarregando-a ainda mais, considerando-se que grande parte das famílias são chefiadas por mulheres (ALENCAR, 2010, p. 64).

Como observa Zola (2015), em determinados países da Europa, como Portugal, observa-se uma dificuldade da mulher conciliar formação e trabalho profissional com os trabalhos domésticos e a organização familiar, muito em função da ausência e/ou limitações das políticas sociais voltadas ao apoio familiar existentes. De acordo com as autoras, a família ainda é percebida pelas políticas sociais a partir de uma visão funcionalista e harmônica onde as funções atribuídas aos membros da família, como homem e mulher, guardam uma visão tradicional de família nuclear que diverge de todo o processo de individualização e autonomia próprio do desenvolvimento da modernidade.

Nos últimos anos, registra-se uma série de mudanças societárias que implicam diversas formas de organização e dinâmicas familiares, bem como observa-se a coexistência de novas e velhas configurações familiares, tais como: "famílias nucleares e extensas, reconstituídas depois do divórcio, casais homoafetivos, unipessoais, monoparentais, estas últimas compostas por mães e seus filhos" (ZOLA, 2015, p. 51).

Neste contexto, identifica-se segundo a autora,

um descompasso colocado em evidência, destacadamente quando são observadas as dificuldades da família, em especial da mulher, em conciliar o trabalho familiar com o trabalho remunerado e manter o equilíbrio da base relacional e a proteção dos membros familiares (ZOLA, 2015, p. 52).

No Brasil, Santos (2008) destaca, no rol das políticas sociais direcionadas para famílias, as seguintes políticas: 1) Políticas de conciliação entre família e trabalho como: a) Licença maternidade e, b) Sistema de Educação Infantil (Creches e Ensino

Pré-escolar); 2) Programa de Transferência de Renda Bolsa Família; 3) Políticas de Emprego e Formação (Seguro desemprego e Auxílio desemprego); 4) Políticas de Saúde (Programa Saúde da Família (PSF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família –NASF) e Políticas de Moradia; 5) Políticas de Equidade de Gênero (Delegacia de Atendimento à Mulher, Casas Abrigos e Centro de Referência Social da Mulher e Assistência Social – CREAS e CRAS).

Ademais, vale ressaltar que os Programas de Transferência de Renda existentes em vários países, como Portugal e Brasil, como orientam os organismos internacionais como o BID e Banco Mundial, são focalizados na corresponsabilidade das famílias beneficiárias e tem como condicionalidades ações de saúde e educação como por exemplo: o Bolsa Família no Brasil e o Rendimento de Inserção Social em Portugal.

Wall *et al.* (2017), ao analisar as formas privadas de coresidência na sociedade portuguesa e sua transformação ao longo dos últimos cinquenta anos, ressaltam que, em 1960, um terço da população trabalhava na agricultura e o índice sintético de fecundidade era de 3,2 filhos. Além disso, 91% dos casamentos eram católicos e, por lei, a mulher era responsável pelo governo da casa e devia obediência ao marido. As mudanças nas famílias nas últimas décadas foram significativas e, o censo de 2011, apresenta apenas 40% dos casamentos religiosos, “a maioria das mulheres eram ativas e, por lei, ambos os cônjuges passaram a ser igualmente responsáveis pela vida doméstica e familiar” (WALL *et al.*, 2017, p. 43). Observam-se mudanças na forma de reorganização familiar portuguesa, passando as mulheres a acumular outras tarefas e responsabilidades na contemporaneidade.

A partir do quadro de mudanças nas configurações familiares identificado na realidade, Sarti (2008) busca pensar a família na formulação de políticas sociais dirigidas particularmente às famílias pobres. De acordo com a autora, faz-se necessário essa caracterização que têm como principal característica a configuração em rede, bem como as relações de autoridade e os novos papéis atribuídos ao homem, à mulher, à criança e ao idoso no núcleo conjugal com a entrada da mulher no mercado de trabalho e as novas

obrigações e responsabilidades e as diversas situações de instabilidade de empregos e vulnerabilidades sociais. Finalmente, para autora, na formulação de políticas familiares, devem-se levar em conta duas ordens de questão:

de um lado, a idealização da família, projetada como um dever ser (e da própria afetividade como um modo que exclui o conflito); de outro, está a idealização de si por parte dos profissionais, expressas na tendência a atribuir-se exclusivamente um saber, com base em sua formação técnica, e negar que a família assistida tenha um saber de si própria (SARTI, 2008, p. 34).

Também, Freitas (2002) afirma que,

qualquer análise acerca da família tem de se ater também às condições em que essas famílias vivem. Não existe a Mãe, assim como não existe a Mulher ou a Família. A construção desses papéis é rasgada a todo instante pelo tecido social em que vivemos. Pensar em família sem atentar para as diferenças de classe implica conhecer bem pouco desse objeto de estudo. As famílias pobres são marcadas por muitas ambiguidades. Se o papel da mãe é central dentro de casa, essa mãe muitas vezes também está nas ruas. Em nossa sociedade, a constituição das mulheres chefes de família é uma realidade. A feminização da pobreza aparece na ordem do dia (FREITAS, 2002, p. 82-83).

Esta realidade ajuda a formação de interesses femininos e redes de solidariedade entre as mulheres. Ao analisar os conflitos entre a mãe e a mulher em alguns países do capitalismo central, Badinter (2010) traz que,

no momento atual, nenhuma política familiar se revelou eficaz no que concerne à igualdade entre homens e mulheres. A divisão de trabalho entre cônjuges é sempre desigual em todos os países, inclusive os escandinavos. Apenas a divisão dos papéis parentais desde o nascimento do bebê poderia frear essa tendência (BADINTER, 2010, p. 139).

Destarte, somente políticas de apoio familiares mais favoráveis à igualdade de sexos e um modelo maternal menos exigente podem combater o individualismo hedonista e o fenômeno *childless* existente em vários países da Europa, com índices de natalidade muito abaixo da média.

Ademais, esta pensadora coloca em evidência a dificuldade de conciliar maternidade e carreira, interesses da mulher e os da mãe e, ao mesmo

tempo, a necessidade de se pensar políticas familiares para criar condições de igualdade profissional entre os sexos. Segundo a autora, "assiste-se ao aumento crescente do trabalho feminino em tempo parcial" (BADINTER, 2010, p. 137).

Contudo, na elaboração de políticas familiares de conciliação entre trabalho e família tem predominado na realidade prática o princípio da "eficiência" e "eficácia" nos gastos públicos em detrimento do princípio da equidade nas políticas sociais, que implica a satisfação das reais necessidades básicas e sociais. Assim como a combinação de políticas universais e programas, projetos e ações seletivos e focalizados não são suficientes para atender as novas demandas que se apresentam na realidade.

Particularmente, no caso das famílias monoparentais chefiadas por mulheres (com ou sem cônjuge) em situação de pobreza, no Brasil e em Portugal, fica evidente a dificuldade em prover as necessidades básicas e sociais dos membros da família pela sua posição de vulnerabilidade e instabilidade nas relações sociais de trabalho, normalmente inseridas em trabalhos precarizados e de tempo parcial. Diante deste contexto, torna-se cada vez mais difícil encontrar alternativas para responder às novas demandas sociais da mulher chefe de família que se apresentam na realidade dos dois países.

Considerações finais

Primeiramente destacam-se os desafios de pensar as necessidades colocadas às famílias na contemporaneidade, marcada por políticas de redução de gastos e alto grau de pobreza nos dois países, ou seja, desigualdades sociais crescentes. O mergulho na literatura relativo aos dois países apontou a necessidade de maior aprofundamento teórico do conceito de política familiar, bem como indicou a premência no atendimento às reais necessidades das famílias chefiadas por mulheres em alto grau de pobreza.

Na sequência, observou-se a relação contraditória e histórica apresentada pelo Estado de Bem-Estar no controle das famílias por meio das políticas sociais, e ao mesmo tempo, no atendimento de algumas necessidades, resultando no que os autores denominam "regulação da pobreza".

Ainda, como ponto para reflexão vale mencionar o desafio que a sociedade de forma geral vem vivendo: além da redução de direitos sociais, o avanço de ideias conservadoras calcadas na extrema direita.

E por fim, no Brasil, as ideias reproduzidas sobre o significado de família nos últimos anos colocam estudiosos e movimentos sociais em constantes desafios para a superação da reprodução de perseguições que podem atingir tantos as mulheres chefes de famílias como famílias compostas por casais do mesmo sexo. Também, observa-se que Portugal vem apresentando significativo avanço, principalmente no que diz respeito às legislações voltadas para a proteção de famílias compostas por casais do mesmo sexo.

Referências

- ALBUQUERQUE, C. O Estado-providência do século XXI: um estado retraído ou um estado "pan-ótico"? In: ALBUQUERQUE, C.; LUZ, H. A. (org.), *Políticas Sociais em Tempos de Crise: perspectiva, tendências e questões críticas*. Lisboa: PACTOR, 2016. p. 3-25.
- ABRÃO, K. C. L.; MIOTO, R. C. T. Políticas de -Conciliação- entre Trabalho e Responsabilidade Familiar: o debate em curso na Europa e na América Latina. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 16, p. 313-327, 2017. <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2017.2.25697>
- ALENCAR, M. M. T. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito familiar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). *Política Social e Juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 61-80.
- ANDERSON, P. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.
- BADINTER, E. *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.
- CARVALHO, M. C. B. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 231-240.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- EUROPEAN UNION'S. *Research Project Families and societies*, 2017. Disponível em: http://www.familiesand-societies.eu/?page_id=110. Acesso em: 20 dez. 2017.
- EUROSTAT. *Diferença de ganhos globais de gênero - 2014*. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/table.do?tab=table&init=1&plugin=1&language=en&pcode=teqges01>. Acesso em: 25 nov. 2017
- FREITAS, R. C. S. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade - algumas reflexões a partir do Caso Acari. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 71, p. 80-101, 2002.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, p. 24-41, jan./jun. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>

IAMAMOTO, M. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área socio-jurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). *Política Social e Juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 261- 298.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de Indicadores Sociais – SIS*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?&t=resultados>. Acesso em: 28 nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE PORTUGAL. *Censo 2011*. Lisboa: INE, 2012. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCo-d=0006322&selTab=tab10. Acesso em: 12 dez. 2017.

MARTÍNEZ HERRERO, M. J. La política familiar como instrumento de igualdad: distintas concepciones europeas. Lan Harremanak. *Revista de Relaciones Laborales*, Leioa, n. 18, p. 43-79, 2008.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio familiar". In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). *Política Social e Juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 43-60.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Editora Intrínseca, 2014.

PEREIRA, P. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). *Política Social e Juventude: uma questão de direitos*. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. p. 25- 42.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Relação Anual de Indicadores Sociais – RAIS*. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: ONU, 2015

PERISTA, H. et al. *Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal*. Lisboa: DEPP-CIDES, 2016.

SALES, C. R. L.; MATHIS, A. A. Precarização e feminização do trabalho em Parauapebas no estado do Pará. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 36, v.13, p. 87-103, 2015. <https://doi.org/10.12957/rep.2015.21053>

SANTOS, Y. G. *Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2008.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 21-38.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, v. 37, n.132, p. 573-594, set./dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 71, p. 9-25, 2002.

THERBON, G. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

THOMAS, P. *O Capital no Século XXI*. Lisboa: Temas e Debates, 2014.

WALL, K. et al. *Livro Branco: homens e igualdade de gênero em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2017.

ZOLA, M. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, R. C. T. et al. (org.). *Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da Política Social*. São Paulo: Cortez, 2015.

Adriana de Azevedo Mathis

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Associada 4 do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA.

Cilene Sebastiana Braga

Professora Adjunta 2 do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Vice-Coordenadora do grupo de pesquisa GEPSS – Serviço Social e Política Social na Amazônia e pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Direitos Humanos e Seguridade Social (TRADHUSS), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA.

Maria Inês Amaro

Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica Portuguesa. Professora Auxiliar do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), atuando nas áreas de Ciências Sociais com ênfase em Sociologia.

Endereço para correspondência

Adriana de Azevedo Mathis

Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará

Rua Augusto Corrêa, 01

Bairro Guamã

66075-110

Belém – PA